

SUMÁRIO EXECUTIVO

2009/02



PESQUISA QUANTITATIVA

REGULAR BIMESTRAL - II

Meta Instituto de Pesquisa de Opinião

**Presidência da República
Secretaria de Comunicação Social**

Setembro de 2009

O objetivo geral deste estudo foi investigar as percepções gerais da população brasileira em relação à atual situação do país, aos programas e às ações do Governo Federal, às políticas públicas desenvolvidas e aos temas conjunturais, de forma a contribuir para orientação dos esforços de comunicação.

A pesquisa foi desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Meta, contratado para esta finalidade pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República.

Este sumário apresenta os principais resultados do levantamento realizado.

1. Metodologia

Para a realização deste estudo foi utilizado o método de pesquisa quantitativo do tipo *survey*, através técnica de entrevista pessoal domiciliar.

O público-alvo dessa pesquisa foi a “População maior de 16 anos residente em domicílios particulares permanentes do território brasileiro”.

A pesquisa foi aplicada em uma amostra de 3.000 domicílios, distribuídos em 227 setores censitários de 182 municípios, por todas as unidades federativas do país. Esta amostra considerou o intervalo de confiança de 95% e margem de erro amostral de 1,8% para o país.

QUADRO 1.1 - Tamanho de amostra e precisão estatística por região geográfica e Brasil

Região	Amostra	Precisão Estatística (%) *
Norte	385	5,0
Nordeste	730	3,7
Sudeste	1.000	3,1
Sul	500	4,4
Centro-oeste	385	5,0
Nacional	3.000	1,8

*Erro amostral máximo considerando-se um processo de amostragem aleatório simples e confiança de 95%.

2. Síntese dos resultados

- ❖ Houve ligeira evolução positiva das avaliações sobre vários aspectos da situação do país e da população brasileira na atualidade. A melhoria da qualidade de vida da população brasileira nos últimos anos foi percebida por proporção relativamente maior de entrevistados (passando de 53,8% para 55,3%). Corroborando esta avaliação positiva 52,7% dos entrevistados percebem que o salário em geral vem aumentando e 52,1% dos entrevistados afirmaram estar comprando mais do que compravam antes. A situação financeira individual foi considerada melhor por proporção relativamente maior de entrevistados (27,4% em agosto e 20,7% em junho), enquanto que as proporções relativas à piora financeira e à estabilidade decresceram.
- ❖ A evolução positiva destes indicadores está associada à percepção de que a fase mais aguda da crise econômica já foi superada. As notícias de melhoria da situação econômica mundial, assim como do fim da recessão no país e da retomada do crescimento, fortaleceram as percepções positivas da situação econômica atual. Esta evolução positiva se refletiu no aumento considerável da percepção sobre o crescimento do país. Embora os dados não sejam comparáveis, devido à reformulação das alternativas pré-codificadas no sentido de uma dicotomização, os resultados indicam tendência nitidamente positiva, pois foi muito elevada a proporção de entrevistados que afirmaram que o país está crescendo (76,2%).
- ❖ A percepção do crescimento do país e da superação da crise econômica se refletiu na diminuição significativa da proporção de entrevistados que sente medo de perder o emprego. Enquanto em junho o percentual de entrevistados que tinham medo de perder seu emprego era de 49,6%,

em agosto esse percentual declinou para 41,3%. A situação relativamente melhor também foi indicada no crescimento da expectativa otimista quanto ao futuro do país: 48,0% dos entrevistados acreditam que a situação do Brasil irá melhorar nos próximos 5 anos (46,4% em junho haviam afirmado o mesmo).

- ❖ Em função do quadro descrito observou-se ligeiro declínio da proporção de entrevistados que avaliam a situação do país negativamente (passando de 23,8% em junho para 21,9% em agosto). Contudo, a situação continua sendo avaliada, em maior proporção, como regular (46,5%). A situação do país foi vista como ligeiramente melhor, em função da superação da fase mais aguda da crise econômica, mas persistem os problemas estruturais históricos do país, alguns deles percebidos como agravados no contexto atual, como é o caso, especialmente, da saúde e da corrupção.
- ❖ A saúde despontou como principal problema do país (passando de 22,3% para 34,2% em agosto), em função da maior repercussão dos efeitos da gripe A (H1N1) no país. A saúde destacou-se também como a área mais relevante a ser priorizada pelo Governo Federal (passando de 30,8% para 41,1%). O desempenho positivo do Ministério da Saúde no enfrentamento a gripe foi reconhecido. Em segundo lugar, destacou-se a corrupção, assunto também amplamente divulgado pelos meios de comunicação em função das denúncias sobre o Senado Federal. Cresceu consideravelmente a proporção dos que consideram o combate a corrupção como a principal prioridade para o atual Governo Federal (passando de 8,5% para 14,4%).
- ❖ Assim, embora a situação do país percebida tenha melhorado, a evolução positiva foi relativamente pequena. Persiste a convivência contraditória, observada no levantamento anterior, de fatores

contrastantes. De um lado, é clara a percepção sobre o atual crescimento do país e sobre as melhorias sociais, relativas à qualidade de vida, ao aumento salarial, à melhoria da situação financeira e ao aumento poder de compra da população. Por outro lado, os problemas da saúde, da corrupção se mostraram mais graves e o problema do desemprego ainda é considerado preocupante. Embora tenha sido reduzida a proporção dos que sentem medo em perder o emprego, em função dos sinais de recuperação da economia, foi elevado o percentual indicativo da percepção de que o desemprego no país encontra-se em patamar elevado (57,6%). As melhorias sociais foram percebidas e reconhecidas, mas o problema da pobreza é visto como persistente. Os esforços governamentais são vistos como inexistentes ou insuficientes nas áreas mais críticas em especial saúde, segurança, corrupção e desemprego.

- ❖ Embora a maioria não esteja sendo afetada diretamente pela crise, manteve-se grande a desconfiança sobre a capacidade do governo enfrentar a situação. Não há comparabilidade com os dados da pesquisa anterior (junho), em função da alteração das alternativas pré-codificadas. Mas, de qualquer modo, foi mantida a mesma tendência de predominância dos fatores internos, entre eles a atuação do governo, percebidos como os principais responsáveis pela crise econômica. A avaliação da atuação do Governo Federal diante da crise foi considerada por 43,7% como regular. Foram relativamente maiores as avaliações positivas (34,4%) do que as negativas (18,0%). Embora as alternativas pré-codificadas não sejam as mesmas do levantamento anterior, observou-se a mesma tendência de uma avaliação regular relativamente maior. Não obstante foi manifestada grande confiança em que o Brasil sairá fortalecido desta crise, seguindo tendência similar (ligeiramente mais favorável) a observada na pesquisa anterior.

- ❖ Houve grande reconhecimento, do mesmo modo que na pesquisa anterior, do desempenho positivo da atuação do Governo Federal em relação aos programas avaliados (Escolas Técnicas Federais, Bolsa Família, Farmácia Popular Pró-Jovem, Samu, Prouni), exceto o Pronasci. As proporções de avaliação positiva foram elevadas, atingindo percentuais superiores a 60%. O Pronasci foi avaliado positivamente por 40,2% dos entrevistados.
- ❖ Atuação do Governo Federal foi avaliada positivamente em maior proporção nas áreas de combate a fome (42,2%), educação e habitação (ambos 29,9%). Os piores desempenhos setoriais foram nas áreas de combate à corrupção (70,3% avaliaram negativamente), segurança (56,4%), saúde (48,2%), e geração de empregos (41,6%). Deve-se ressaltar que saúde e combate a corrupção foram áreas consideradas prioritárias para a ação do Governo Federal por crescentes e consideráveis contingentes populacionais.
- ❖ A avaliação dos hospitais públicos e postos de saúde foi predominantemente negativa. Contudo, os índices de avaliação positiva entre os usuários do sistema foram superiores aos dos que não utilizam postos e hospitais públicos. A mesma tendência se observou em relação à educação. Aqueles que estudaram, estudam ou possuem filhos estudando em colégios públicos, tendem a avaliar a educação pública de forma mais positiva do que aqueles que não utilizam o sistema público de educação.
- ❖ Foi considerável o crescimento da proporção entrevistados que tem algum conhecimento sobre o PAC (48,8%), embora os resultados da pesquisa anterior e desta não sejam comparáveis por diferenças de formulação das alternativas. O nível de desconhecimento ainda é alto (51,2%). A avaliação do PAC manteve-se positiva. Elevou-se a

proporção dos que conhecem as obras do PAC (passando de 22,9% para 34,6%). Também foi observada a mesma tendência de predomínio de avaliações positivas no caso do Programa Minha Casa Minha Vida.

- ❖ Embora a avaliação do desempenho do governo nas principais áreas tenha se mantido estável ou mesmo tenha alcançado evolução positiva, exceto nas áreas de saúde e combate à corrupção, e embora os indicadores da situação do país em relação ao desenvolvimento econômico e melhoria da qualidade de vida da população também tenham se elevados ligeiramente em termos positivos, foi observado um pequeno declínio nas proporções de avaliação positiva do Governo Federal, do Presidente Lula, da equipe do Presidente Lula, assim como na aprovação do atual Governo Federal. Se por um lado os efeitos da crise econômica dão sinais de enfraquecimento e poderiam influenciar positivamente esses índices, por outro lado a percepção do alto nível de desemprego, a situação saúde e os recentes escândalos no Senado colaboraram para o decrescimento dos índices de avaliação e aprovação do Governo Federal.
- ❖ O declínio mais acentuado se verificou na avaliação positiva do Governo Federal (49,2% para 42,7%). A avaliação positiva do desempenho do Presidente Lula decresceu 3 pontos (passando de 60,5% para 57,9%) e a avaliação positiva do desempenho da equipe do governo Lula 4 pontos (35,3% em junho e 31,0% em agosto). A proporção indicativa da aprovação do governo também seguiu a mesma tendência passando de 77,9% em junho para 74,7% em agosto. Esta aprovação não significa apoio incondicional. Para a maioria (59,8%) o governo está cumprindo parcialmente com as expectativas. Seguindo a tendência de declínio dos índices de avaliação do Governo Federal, a percepção da comparação entre a primeira e segunda gestão do

governo Lula também sofreu um ligeiro decréscimo de 46,0% para 43,9% em agosto.

- ❖ O contexto dos dados analisados sugere que a crise do Senado esteja repercutindo de forma negativa na avaliação do Governo Federal em função do apoio público do Presidente Lula ao Presidente do Senado José Sarney, principal alvo das denúncias de irregularidades feitas pela mídia. O decréscimo observado, contudo, pode ser conjuntural. O próximo levantamento da pesquisa regular irá indicar a evolução da tendência observada. A proporção de 74,7% de aprovação é ainda muito elevada, mas a tendência indicada recomenda ação de neutralização da possível contaminação do Governo Federal pela crise do Senado.
- ❖ Os índices de desempenho e aprovação do atual Governo Federal seguem tendências similares quando avaliados regionalmente: melhores índices nas regiões Norte/Nordeste e piores índices nas regiões Sul/Sudeste, tendo a Região Centro-Oeste uma posição mediana entre os dois extremos. Na Região Sul a proporção de aprovação decresceu para 60,2%, enquanto no Nordeste elevou-se para 86,3%. Do mesmo modo, a Região Nordeste apresentou a maior proporção de entrevistados que consideram as suas expectativas sobre o Governo Federal plenamente satisfeitas (30,5%). Já na Região Sul esse percentual foi de apenas 6,6%.
- ❖ Tendência similar foi observada na diferenciação por nível de renda: proporções mais elevadas de aprovação do Governo Federal foram encontradas nas famílias com rendimento mais baixo (84,0% dos que recebem até 2 salários mínimos aprovam o atual governo, enquanto apenas 57,7% fazem o mesmo na classe de rendimento superior a 10 salários mínimos). Do mesmo modo, a satisfação plena das expectativas com o Governo Federal foi verificada em maior proporção nos

entrevistados de famílias com rendimento mais baixo (23,9%). No grupo de rendimento familiar superior a 10 salários mínimos esse percentual foi apenas 5,8%.

- ❖ Na Região Nordeste a melhoria na qualidade de vida da população foi percebida por proporção significativamente maior (62,5%) do que nas regiões Sul (52,9%) e Sudeste (50,7%). As regiões Norte e Nordeste apresentaram as maiores proporções da percepção de que os salários vêm aumentando nos últimos anos. Enquanto nessas regiões esse índice atinge patamares superiores a 65,0%, na Região Sudeste declinou para 47,0%, alcançando proporções ainda menores na Região Sul (40,4%). A percepção de melhoria na situação financeira individual apresentou maiores percentuais na região Nordeste (36,0%) e menores na Região Sul (17,1%).

- ❖ Além dos meios tradicionais - televisão (à noite, principalmente), rádio e jornal impresso – a Internet despontou como fonte de informação sobre o Governo Federal utilizada por grupo considerável (30,8%), do mesmo modo que na pesquisa anterior. Também foi expressiva a proporção de entrevistados que afirmou utilizar os sites do Governo Federal (14,0%). Utilizam a Internet 48,8% dos entrevistados, especialmente o segmento jovem em que este uso alcança 75,4%. O acesso diário é elevado (37,1%). Estes dados sugerem, corroborando a tendência indicada no levantamento anterior, a relevância deste meio como instrumento para potencializar os esforços de comunicação do Governo Federal.